

PERSPECTIVAS FEMININAS NA HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO PADRE EMÍLIO APRIL EM UNIÃO DOS PALMARES – AL

Leonarda Rodrigues da Silva Brito ¹
Débora Sofia Ramos Pires da Silva ²
José Joaquim da Silva Neto ³
Jailson Cavalcante ⁴
Géssika Cecília Carvalho da Silva Folhadela ⁵

RESUMO

Durante séculos, a história da humanidade foi registrada exclusivamente a partir da perspectiva masculina, com uma narrativa excludente que minimizou a importância da participação feminina nesta construção social. No ambiente rural não foi diferente, e a reprodução desse comportamento cultural levou muitos a acreditarem que os trabalhos realizados pelas mulheres rurais não possuíam valor, que suas vidas se restringiam ao lar e que elas não dispunham da força necessária para lutar. Entretanto, desde 1980 o Movimento das Mulheres Rurais foi conquistando espaço, buscando o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, a garantia dos direitos sociais e previdenciários, a construção de políticas públicas e a redução das desigualdades de gênero na agricultura. Apesar de tudo que já foi conquistado, as trabalhadoras rurais ainda enfrentam grandes desafios e a falta de aceitação por parte dos demais. Portanto, dar voz e ouvir sobre a atuação social dessas mulheres é ainda mais importante, sendo este o objetivo deste trabalho: trazer visibilidade às perspectivas e à participação das agricultoras do Assentamento Padre Emílio April – Sítio Gordo, localizado em União dos Palmares - AL, na construção da história local. Para tal estudo, inicialmente foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e exploratória sobre a temática, e na sequência foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres que residem no assentamento. Com base nos resultados obtidos, espera-se contribuir para a produção e socialização de conhecimentos no que se refere às relações de gênero no ambiente rural, bem como contribuir para os estudos sobre a importância da mulher em sua construção histórica. Convém ressaltar a relevância desse estudo que, além de buscar fontes de pesquisa através de entrevistas narrativas, produzirá fontes que as futuras gerações poderão acessar, buscando a preservação da memória e da história local sob uma nova ótica.

Palavras-chave: Agricultoras, Movimentos Sociais, Desigualdade de gênero, História.

¹ Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário de Maceió – UNIMA, leonarda.brito@alunos.afya.com.br;

² Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Maceió – UNIMA, deboramospsi7@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, jose.joaquim@fanut.ufal.br;

⁴ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, jailson.cavalcante@ip.ufal.edu;

⁵ Doutora em Sociologia pela UFPE. Mestre em Sociologia pela UFPE. Graduada em Ciências Sociais pela UFPE. Professora do Instituto Federal de Alagoas, Campus Maragogi, gessika.carvalho@ifal.edu.br.



INTRODUÇÃO

Na agricultura familiar, como o próprio termo evidencia, os trabalhos desempenhados nas propriedades rurais são realizados majoritariamente por membros da família, e frequentemente se atribui à figura masculina a função de provedor. Dessa forma, é habitual que as atividades realizadas no campo pelas mulheres da família sejam consideradas apenas como uma “ajuda” a seus parceiros, e não há reconhecimento pelas atividades exercidas, mesmo quando essas agricultoras desempenham uma jornada dupla ou tripla de trabalho. Segundo Moraes e Nascimento (2020, p. 727):

Como as atividades femininas, em sua maior escala na unidade familiar, se destinam à produção para o autoconsumo e à reprodução da família, esse trabalho, além de não ser contabilizado, é desvalorizado, uma vez que não gera recursos financeiros.

Essa premissa também contribuiu para a desvalorização da participação dessas mulheres na luta pela Reforma Agrária no campo; mesmo quando ocupam cargos de liderança, o estigma da desigualdade de gênero as permeia. Figueiredo (2021, p. 10) explica que:

A participação das mulheres nas lutas sociais e sua representatividade política foram reconhecidas tardiamente. A política é uma esfera na qual, cada vez mais, se consolida o patriarcado, sendo uma urgência para as mulheres transformarem a política, pois, se de um lado a mulher descobre que historicamente foi invisibilizada na política, do outro ela esbarra na divisão sexual da política.

Todavia,

Temos uma visão panorâmica sobre a luta das mulheres do campo para um devido reconhecimento enquanto trabalhadoras, até então dada como um trabalho reconhecido pelo gênero masculino como autor principal. [...] Desse movimento nasceu uma organização de mulheres do campo que começou a se fortalecer apoiadas pela igreja católica e pelos sindicatos. Eram mulheres que trabalhavam nas roças, em propriedades familiares e lutavam por direitos (Quines, 2023, p.10).

Os assentamentos rurais são resultantes da luta pela Reforma Agrária no Brasil. Esta temática reapareceu na agenda política na redemocratização brasileira após a ditadura militar, no governo do presidente José Sarney, por meio do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), mediante o Decreto n.º 91.766, de 10 de outubro de 1985 (Brasil, 1985). Oliveira e Paulo (2024, p. 2) ressaltam que:

Nesse sentido, destacamos dentre estes atores, as mulheres, que muitas vezes desempenham papel relevante na luta pelo acesso à terra, mas que acabam sendo invisibilizadas. O protagonismo das mulheres, diante de uma estrutura patriarcal que se impõe, acaba sendo ocultado. Dessa forma, o debate em torno da reforma agrária, finda-se de modo restrito, apagando a história de luta dos diversos sujeitos presentes no campo.



Sendo assim, este trabalho apoia-se na necessidade de compreensão e problematização das experiências e atuações de mulheres no Assentamento Padre Emílio April - Sítio Gordo, localizado na região da Zona da Mata Alagoana, visto que as mulheres sempre ocuparam esses espaços e, durante muitas décadas, seus trabalhos e contribuições na história não foram reconhecidos nem documentados.

De posse desse conhecimento, o estudo poderá fornecer contribuições no debate sobre as relações de gênero no âmbito rural, bem como subsídios para a elaboração de políticas sociais que visem possibilitar a promoção da agricultora familiar, e ainda servir de aporte para estimular futuros estudos relativos a essa temática.

METODOLOGIA

A pesquisa se iniciou por meio da fundamentação teórico-científica no que se refere às seguintes temáticas: relações de gênero no campo, agricultura familiar, mulheres camponesas, assentamentos de reforma agrária, processo de (re)construção da história através da memória, importância da história oral e trabalhos desenvolvidos e/ou escritos sobre o Assentamento Padre Emílio April - Sítio Gordo.

Para fins deste estudo, optou-se por realizar entrevistas narrativas, que, segundo Schütze (1987), parte do princípio de que a narração está mais propensa a reproduzir em detalhes as estruturas que orientam as ações dos indivíduos. A escolha por essa opção metodológica se deve também à necessidade de adquirir informações de fontes orais, pois além de possibilitar que a história seja narrada por meio das memórias de quem a vivenciou, possibilita que pessoas não alfabetizadas sejam incluídas na construção da documentação histórica.

Thomson (2002, p. 352) explica que:

O estudo da memória pelos(as) historiadores(as) também está associado ao uso metodológico da História Oral, pois ela possibilita o registro de experiências vividas pelos sujeitos, grupos sociais e comunidades, colocando o(a) pesquisador(a) em contato com atores sociais e suas lembranças silenciadas, ignoradas e/ou (in)visibilizadas.

Dessa forma, um roteiro semiestruturado com dezessete perguntas foi desenvolvido para a realização das entrevistas narrativas. Após a finalização da elaboração do roteiro de entrevista, a coleta de dados da pesquisa foi iniciada. Nos dias 17 de maio, 3 e 11 de julho de 2023, seis mulheres e um homem foram entrevistados. A entrevista com o morador do sexo masculino é uma exceção justificada mediante sua



indispensável contribuição na reconstrução da história local e apoio às mulheres que a protagonizaram.

Por fim, é importante ressaltar que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme preconizam os preceitos éticos da realização de pesquisas científicas, de acordo com as prerrogativas da Resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história do Assentamento Padre Emílio April - Sítio Gordo, localizado no Município de União dos Palmares, teve início na década de 80. Segundo a documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o território onde hoje se localiza o assentamento denominava-se Fazenda Gordo, pertencendo ao espólio do Sr. Valter Valente Acioly e contando com uma área equivalente a 121,5760 hectares.

Para além da produção de cana-de-açúcar, que era o foco da produção do fazendeiro, Acioly também arrendava terras para os chamados posseiros. Silva *et al.* (2018, p. 18) relatam que:

Até a década de 80, trinta e seis famílias de posseiros viviam no que hoje é o assentamento Padre Emílio April como arrendatários de terra para garantir a sobrevivência de suas famílias. Estes rendeiros, além dos trabalhos realizados para a fazenda, produzia suas economias, o que gerava muita exploração por parte dos fazendeiros, pois, além de trabalharem na produção da fazenda como fumo e cana, trabalhavam com suas famílias na terra, rendadas com lavoura de safra longa (macaxeira, inhame, raízes e frutíferas) ou imediata (verduras verdes como coentro, couve e pimentão) além da criação de animais.

Anteriormente, os posseiros da fazenda deveriam pagar anualmente o Foro de Lavoura Branca para que pudessem continuar morando e cultivando nas terras. Além dos posseiros, a fazenda também contava com moradores que não pagavam foro e trabalhavam exclusivamente para o fazendeiro.

Os posseiros e seus filhos também podiam trabalhar na fazenda como diaristas, e para muitos esta era a única opção devido à falta de capital para investir em suas posses. Valter é lembrado como um bom “patrão”, entretanto, seus filhos são retratados como pessoas temperamentais, em específico Valmir Acioly.

No decorrer da década de 80, muitas famílias inteiras de posseiros estavam sendo expulsas de suas posses, outros encontravam-se sem condições de pagar o alto valor do foro e os demais estavam tomando consciência de que pagavam para morar



naquelas terras há gerações e, mesmo assim, eram tratados como “escravos”. Da entrevista 1 destaca-se o seguinte trecho que evidencia este sentimento: “*até chegar o INCRA para assentar a gente, querendo ou não a gente era escravo, se meu pai e minha mãe eram escravos, nós também éramos*”.

A entrevistada 6 relembra que, com o intuito de melhorar as condições de vida dos posseiros, um grupo se reuniu para conversar com o fazendeiro Valter Acioli. O objetivo era pedir para que ele fosse ao Banco do Nordeste com os moradores para fazer um projeto e conseguir um crédito financeiro para investirem em suas posses. Entretanto, ele os comunicou que não possuía crédito para isto, que os posseiros deveriam procurar um órgão Federal, pois ele estava disposto a vender as terras.

Seguindo as ordens do fazendeiro, o grupo de moradores foi em busca de um juiz. Todavia, o juiz só assinava a abertura do processo se o representante dos posseiros fosse alfabetizado. Não era o caso do representante da época, então a luta ficou parada por três anos. Após esse período, o representante em questão foi conversar com Alaide Ribeiro, uma das posseiras da época que era alfabetizada. Desse momento em diante ela se tornou presidente da associação informal dos moradores e permaneceu liderando a luta até 2014.

A história do Assentamento Padre Emílio April – Sítio Gordo difere em alguns pontos da história dos demais assentamentos pelo fato de que, a princípio, não houve resistência por parte do fazendeiro. Entretanto, eles ainda encontraram muitos empecilhos na caminhada para conquistar a terra. As dificuldades começaram a surgir quando o fazendeiro Valter Acioli adoeceu.

Desse ponto em diante, o filho Valmir Acioly passa a comandar totalmente a fazenda e, juntamente com sua irmã e cunhado (que os moradores relataram ser advogado), tentam reaver as terras do pai, que veio a falecer pouco tempo depois, mas que já havia assinado para vender ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Todavia, os moradores da fazenda estavam decididos a reivindicar a terra que há muitas gerações eles pagavam para residir. Começaram não pagando mais o foro e foram em busca de outros apoiadores para a causa. Nesta época, a atual presidente Alaide fazia parte da igreja católica local e contou ao Padre Emílio sobre a luta deles. O padre prontamente os apoiou e logo outros também se reuniram com eles. Silva *et al.* (2018, p. 18) mencionam que:



Neste caminho de luta se encontrou parceria com a pastoral da terra e Padre Emílio April, onde atuavam desde então contra o trabalho escravo na localidade. Meados de 85 e 86 é organizada informalmente a associação da comunidade como forma de luta contra a opressão, neste momento a Pastoral Rural começa a acompanhar a luta dos moradores posseiros do gordo, com colaboração do Padre Emílio. Em 87 inicia-se o apoio à luta pela terra com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), tendo um processo de afastamento por questões de ameaças em 89, voltando em 98.

Neste ponto da história do assentamento estudado, observa-se sua semelhança com os demais assentamentos espalhados pelo país, em específico o que hoje fica localizado na antiga Fazenda Primavera (localizada em São Paulo). Os posseiros da região também sofreram ameaças e decidiram lutar para permanecer nas terras, juntamente com o apoio da Igreja Católica. Silva e Sant'Ana (2024, p. 7) explicam que:

Nesse cenário, surgiu a resistência dos posseiros da fazenda Primavera às ameaças do proprietário para deixarem suas casas e plantações e lutaram para permanecer na terra, com apoio de setores da igreja católica, desencadeando na vitória dos posseiros com a desapropriação da fazenda Primavera.

As entrevistadas relatam que, sob a liderança de Alaide Ribeiro e com o apoio da Igreja Católica local, eles foram à luta. Realizaram protestos em União dos Palmares, Maceió, Messias, Branquinha e Flexeiras, acampavam em frente à sede do INCRA em Maceió e em demais lugares, como o SAAE, mas sempre retornando a acampar em frente ao INCRA para que acelerassem o processo.

Foram muitos anos de idas e vindas. A entrevistada 3 recorda que “*nós fomos lutar, fomos para as pistas, fomos passar dois, três dias de caminhada, passando fome e sono*”; a entrevistada 1 complementa dizendo que “*teve bastante protesto. Teve em União, a gente fez em União, nós fechamos pistas. Nós fomos para Maceió, para Messias, para Branquinha, Flexeiras*”, pois essa era uma forma de expor ao povo o que estava acontecendo.

Havia também as mulheres que ficavam na fazenda resguardando suas casas e impedindo que o proprietário as despejasse, além de cuidarem dos filhos e proverem para que nada faltasse aos que em breve retornariam. A entrevistada 4 traz a memória que seu esposo:

Saía na segunda e voltava na sexta, passando a semana toda fora de casa. Eu ficava em casa com os meninos, trabalhando na roça, enquanto ele lutava para ganhar a terra, passando fome, sede e dormindo embaixo da lona. Às vezes, não tinha água, não tinha comida; passava necessidade lá, né? Ai, chegava na sexta-feira, todo grudento e sujo, e eu ficava lá com os meninos lutando. Quando as mercadorias estavam boas, que era dia de feira, eu tirava e ia para a feira, comprando as coisas que faltavam em casa e voltando para casa. Quando não era assim, passava uma semana, 15 dias ou 3 dias, e eu estava na luta, trabalhando, colhendo e vendendo na feira.



Por fim, Valmir Acioly cedeu e permitiu a venda da Fazenda Gordo. Segundo a documentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a antiga Fazenda Gordo foi comprada no dia 24 de novembro de 2005, possuindo uma área de 121,5760 hectares concedida para uso coletivo das 35 famílias assentadas, das quais 26 lotes estavam no nome de mulheres, indicando que elas eram “chefes de família” ou que possuíam chefia compartilhada. Oliveira e Paulo (2024, p. 9) afirmam que:

Garantir a propriedade da terra às mulheres no campo, sejam elas: camponesas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas é reconhecer o papel fundamental que elas desempenham no processo de luta pela terra no Brasil e de romper com uma estrutura patriarcal que coloca a mulher em uma posição de dependência. É possibilitar uma participação política e social na sociedade de forma mais ampla, conquistando autonomia e novos espaços. É garantir a igualdade de direitos que tem sido uma luta constante das mulheres ao longo do tempo.

No decorrer desta trajetória é nitidamente perceptível a força da liderança feminina no ambiente rural, na pessoa de Alaide Ribeiro, que veio a falecer em 2015, mas que até hoje é referência no assentamento. A entrevistada 1 compartilha que:

A primeira presidenta era uma mulher. O nome dela era Alaide Ribeiro da Silva. O posto de saúde é em homenagem a ela. A pessoa mais importante do Gordo foi ela, para mim, na minha opinião. Chegou uma época que ela fraquejou. Então eu virei ela e ela queria desistir. E às vezes eu queria desistir. Então ela me levantava e eu levantava ela. Ai eu fiquei sendo os braços, as mãos e os olhos dela. Para onde ela ia, eu ia. Enquanto você estivesse levantado para ir eu luto com você.

Durante a luta pela conquista da terra, ela foi o farol que guiou os antigos posseiros; seus companheiros e companheiras de luta recordam que quando ela falava “Bora!” eles a seguiam. Uma mulher resiliente, nunca desanimou diante das dificuldades e ameaças que sofreu e sempre acreditou que a vitória seria possível e que seria somente questão de tempo para que ela se concretizasse. Alaide faleceu em novembro de 2015 e o posto de saúde da comunidade recebeu seu nome como uma forma de homenagear essa grande líder.

Maria Cícera Ferreira é uma moradora que também fez parte da frente da luta pela conquista da terra e que durante toda sua vida morou na Fazenda Gordo. Em uma época onde ser submissa era o legado destinado às mulheres, ela fez sua voz ser ouvida e até hoje fala o que lhe vem à mente. Destemida, muitas vezes enfrentou homens que ocupavam lugares de poder na fazenda. Seus companheiros relatam que ela é uma verdadeira força da natureza (que até ameaça de bala na cara para se calar recebeu). Foi o braço direito de Alaide, juntas lideraram e permaneceram cuidando da comunidade por muitos anos.



Maria Minervina da Rocha Silva foi uma importante moradora do assentamento. Benzedeira, parteira, curandeira, farinheira, pescadora, agricultora, mulher, mãe e uma grande educadora popular, foi casada com João Elias da Silva, homem de luta que, lado a lado com a esposa, buscou por melhorias na qualidade de vida no campo. Juntos lutaram pela construção das casas de alvenaria e instalação de energia elétrica na comunidade. Faleceu em janeiro de 2021 e deixou um legado de luta, resistência e de incalculável conhecimento ancestral.

Alaide Ribeiro presidiu a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Gordo até o ano de 2014, após esse período seu vice-presidente, José Marcos, assumiu e permaneceu até o final de 2019. Posteriormente, Edclaudia Rocha foi eleita presidente da associação e iniciou seu mandato no ano de 2020, permanecendo até o presente momento e contribuindo para o crescimento e fortalecimento da comunidade e, principalmente, da Juventude Camponesa.

Sempre em busca de avanços para melhor acessibilidade dos seus, Edclaudia foi professora da primeira turma de Educação para Jovens e Adultos da comunidade e em seu mandato conquistou um posto de saúde para o assentamento. Nas palavras de Oliveira e Paulo (2024, p. 10):

A partir da análise empreendida, foi possível perceber a atuação ativa das mulheres, desde o processo inicial de luta pela conquista do assentamento até sua consolidação, bem como, a luta atualmente por políticas públicas que possibilitem as condições de permanência na terra.

A história nos mostra que as mulheres do assentamento atuaram nas mais diversas frentes. Nesta pesquisa, analisamos a participação fundamental das mulheres na história do assentamento, mas não apenas isso, trabalhamos também

[...] as atitudes e a luta pela liberdade, pelo direito de participar ativamente das lutas sociais. Essas mulheres são símbolo de autenticidade e ligação muito forte com a natureza e com a biodiversidade, onde os caminhos levam à equidade de gênero. Tudo para um mesmo fim, uma sociedade mais justa e com a participação ativa da mulher (Quines, 2023, p. 10).

A história do Assentamento Padre Emílio April – Sítio Gordo, localizado no Município de União dos Palmares, tem um início, mas não um fim. Segundo Rousso (1992, p. 98), “a história pertence, sobretudo, àqueles que a viveram”, sendo este o principal objetivo deste artigo: registrar e contar a história local utilizando como base as memórias daquelas que a protagonizaram e que hoje são consideradas sementes da resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A realização desta pesquisa possibilitou uma breve demonstração da importância dos trabalhos desempenhados pelas mulheres em assentamentos na Zona da Mata Alagoana. Por meio da realização das entrevistas, obtiveram-se informações que contribuíram para um trabalho pautado na realidade local dessas agricultoras, conhecendo um pouco de suas histórias, contribuições nos movimentos sociais, na produção agrícola e, sobretudo, na liderança rural.

Com base em suas memórias e registros materiais, foi possível realizar uma reconstrução histórica, por meio da oralidade, do Assentamento de Reforma Agrária Padre Emílio April – Sítio Gordo. Evidenciou-se, em suas narrativas, o protagonismo feminino na Reforma Agrária, na busca pela efetivação de seus direitos e garantias sociais, bem como por uma vida digna.

Essas mulheres fizeram-se presentes em todas as frentes possíveis, indo às ruas para protestar, permanecendo na fazenda e resistindo à opressão, enquanto cultivavam e cuidavam das futuras gerações, preservando os saberes dos povos tradicionais, atuando como educadoras populares, professoras, líderes, curandeiras e parteiras. Elas são o início e o fim da vida na terra.

Mediante o exposto nesta produção científica, estima-se que a narrativa sob a ótica feminina contribua para a quebra do estigma associado às mulheres rurais, que por muitas vezes têm suas participações na história ocultadas na narrativa masculina dos fatos; e que por meio deste trabalho, a história do Assentamento de Reforma Agrária Padre Emílio April – Sítio Gordo seja conhecida e registrada para as próximas gerações e além.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos à minha orientadora, Profa. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva Folhadela, ao Instituto Federal de Alagoas (IFAL), à Pró-Reitoria de Pesquisa, financiadora desta pesquisa e, principalmente, às moradoras do assentamento, em especial aquelas que concordaram em participar deste trabalho, compartilhando suas histórias e demais informações que foram essenciais na construção deste artigo.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Decreto n.º 91.766, de 10 de outubro de 1985. **Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 10 out. 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html. Acesso em: 12 out. 2025.

FIGUEIREDO, C. C. As mulheres e as cercas: a divisão sexual da política no assentamento Nova Vida I. In: GUIMARÃES, M. C. R. (Org.). **Serviço Social e movimentos Sociais: debates contemporâneos.** Campina Grande: EDUFPG, 2021. p. 1-299.

MORAES, L. L.; NASCIMENTO, N. M. S. Mulheres rurais nordestinas e desviantes: um estudo sobre a quebra das expectativas de gênero no meio rural. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 12, n. 2, p. 725–747, 2020.

OLIVEIRA, J. M. R.; PAULO, S. B. de. Protagonismo feminino em assentamentos de reforma agrária: reflexões e debates. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 977-990, 2024. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 12 out. 2025.

QUINES, L. M. **Lutas e conquistas das mulheres assentadas da reforma agrária em Sant'Ana do Livramento/RS.** 2023. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Sant'Ana do Livramento, 2023.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHÜTZE, F. **Die Technik des narrativen Interviews in Interaktionsfeldstudien.** Studienbrief der Fernuniversität Hagen. Hagen, 1987.

SILVA, D. P.; SANT'ANA, A. L. Luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): trajetória das famílias do Assentamento Santa Maria da Lagoa em Ilha Solteira-SP. **Revista NERA, Presidente Prudente**, v. 27, n. 3, e9832, jul.-set., 2024. Disponível em: 10.47946/nera.v27i3.9832. Acesso em: 12 out. 2025.

SILVA, E. R. et al. **História em memórias.** União dos Palmares: [s.n.], 2018.

THOMSON, A. Histórias (co)Movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

